
OS DIPLOMAS ACADÉMICOS TAMBÉM SOFREM DE INFLAÇÃO*

Stephen R. Stoer**

A concepção de formação dos professores portugueses sem licenciatura – tanto os das actuais escolas do magistério primário como os das novas escolas superiores de educação – condena-os à situação de professores-missionários?

Num artigo recente no DN («A Formação de Professores no Contexto do Ensino Superior»), Isabel Alçada fez um conjunto de afirmações pertinentes, algumas das quais passamos a transcrever:

[...] os professores (deveriam ser) intencionalmente considerados técnicos de alto nível de qualificação e preparados especificamente para exercer funções educativas em qualquer dos níveis do sistema em que trabalham;

[...] um professor generalista só pode ser um técnico altamente qualificado, dominando uma pluralidade de conteúdos científicos e um conjunto de técnicas de ensino;

[...] são de rejeitar todas as hipóteses que coloquem a formação dos professores de qualquer nível de ensino, em instituições, que embora chamadas «do ensino superior», apenas ofereçam cursos de curta duração e diplomas de categoria inferior.

Curiosamente, lendo estas linhas, sentimo-nos tentados a lembrar algumas das conclusões mais interessantes sobre a formação de professores que a escola sociológica estruturo-funcionalista produziu tanto na América como na Inglaterra nos anos 50/60. Neste sentido, parece-nos que, ainda que não seja nosso hábito trabalhar com este «paradigma» sociológico particular (pelo contrário, este «paradigma» tendo sido consistentemente criticado pelo seu conservadorismo devido,

* Publicado originalmente em 1985 (7 de Julho) no *Diário de Notícias*.

** À data, docente no ISCTE.

antes de mais, à sua preocupação quase obsessiva com a questão de ordem social), há qualquer coisa em que ele nos poderá ajudar, aqui em Portugal, num momento em que a formação de professores está na ordem do dia, particularmente no que respeita ao desenvolvimento da imagem social do professor de forma a aumentar o seu prestígio social.

O professor como autoridade moral

Como é do conhecimento geral, Émile Durkheim, professor na Sorbonne, escrevendo ao dobrar do século, concebe o professor como representante dos valores fundamentais da sociedade e como tal implicado na transmissão da cultura. O professor desfruta de uma autoridade moral e intelectual que lhe permite estimular os seus alunos, basicamente através do seu sentido de dever. A responsabilidade do professor está, pois, centrada na inculcação deste sentido moral aos seus alunos. Durkheim afirma: «O professor é o agente social mais respeitado da sociedade. A sua autoridade emana da sua superioridade tanto em termos da sua experiência como da sua cultura».

Willard Waller, alguns anos depois de Durkheim – o seu famoso livro, *The Sociology of Teaching*, data de 1932 –, falou dos professores como agentes remunerados da difusão cultural que «transportavam a luz aos mais recônditos cantos da terra». Mas, ele também reconheceu que, na moderna sociedade industrializada, a autoridade do professor repousa, em última instância, sobre um tipo de liderança «institucionalizada» que significa basicamente que esta liderança é sancionada pela lei. Todavia, mesmo esta autoridade institucionalizada é insuficiente – o professor necessita também de um conjunto de recursos pedagógicos de forma a ser eficiente e a consolidar a sua influência pessoal.

A escola, agência de empregos?

Os sociólogos estruturo-funcionalistas estão, nesta questão, na mesma perspectiva que Waller, isto é, concordam que, com o desenvolvimento da sociedade industrial avançada, o valor da autoridade moral do professor se tem vindo a tornar mais fraco e mais dúbio. Sustentam, também, que a superioridade cultural e de experiência do professor é cada vez mais questionável. Por isso, o professor deve recorrer a estratégias pedagógicas para garantir a sua autoridade (agora cada vez mais personalizada) sobre os seus estudos. Por outro lado, defendem que a sociedade industrial avançada oferece ao professor uma nova base de poder: a escola torna-se uma importante agência para a distribuição de oportunidades de emprego numa situação em que o elo entre ocupação e educação é cada vez mais forte (levantaremos algumas questões sobre este assunto na conclusão deste artigo). Desta forma, a escola, actualmente, funciona, ao nível social, não só como um centro

de promoção (para aqueles que eventualmente obterão bons empregos), mas também como um centro de *despromoção* (obviamente para os que não os conseguirem).

Todavia, este novo poder não substitui facilmente a autoridade moral perdida pelo professor, dado que cria cepticismo tanto nos pais como nos alunos. Há, pois, nesta nova componente do papel do professor uma preocupação prosaica com o conhecimento prático, com o *know-how*: parece ser mais importante o treino que a educação.

Talcott Parsons, o pai da escola estruturo-funcionalista americana, referindo-se a este facto, afirma que o sucesso do professor na aula dependerá da sua capacidade de manipular e persuadir os seus alunos da sua própria capacidade como professor, dado que o papel do professor na sociedade moderna é menos definido (isto é, os valores nos quais ele se baseia são mais laicos, neutrais e pouco precisos).

Há ainda outro aspecto do problema a ser considerado: enquanto houver bairros de lata e pobreza, a sociedade (nas palavras dos estruturo-funcionalistas) necessita do professor como um missionário. O missionário moderno é, certamente, o assistente social. Deve-se, pois, substituir o professor como missionário pelo professor como assistente social? Por outras palavras, é necessário redefinir o papel do professor baseando a sua função nas ciências sociais e do comportamento?

A cruzada contra a mediocridade

Certamente, não podemos esquecer que numa sociedade industrial avançada o professor não é unicamente o missionário do bairro de lata mas também o cruzado dos subúrbios, dedicado a guerrear contra a *mediocridade* e a favor da qualidade. Lembrando as afirmações de Isabel Alçada no início deste artigo, podemos agora lançar a questão seguinte: a concepção de formação dos professores portugueses sem licenciatura (tanto os das actuais escolas do Magistério Primário como os das novas escolas superiores de educação) condena-os à situação de professores-missionários? Da mesma forma, estão os professores licenciados pelas universidades a ser concebidos como os zeladores da excelência académica e da «cultura»? Os primeiros com uma deficiência intelectual e os segundos com uma deficiência social?

Moral da história

Moral da história: 1) as universidades portuguesas deveriam aceitar a responsabilidade de formar e preparar professores (criando ao longo deste processo um bom relacionamento com os professores nas escolas); 2) o papel pouco definido do professor na sociedade industrial avançada torna

imperioso que o professor tenha, a par de um elevado nível de preparação, uma larga variedade de interesses e actividades; e 3) as ciências sociais e do comportamento devem ser para o professor o que as ciências naturais são para o médico. A teoria e a prática no mundo da educação estão cada vez mais sintonizadas para as ciências sociais, para apetrechar o professor de forma a manter a sua superioridade moral. Os professores-missionários do século XIX foram indispensáveis para a coesão de uma sociedade em vias de industrialização; os professores-cruzados do século XX são indispensáveis tanto à sobrevivência económica como política da sociedade. No entanto, os últimos ainda necessitam dos primeiros; na verdade o professor na sociedade industrial avançada só pode manter a sua superioridade moral através de uma adequada compreensão das dimensões sociais da sua profissão: os determinantes sociais do processo educativo, as tensões sociais latentes nas escolas actuais inerentes a qualquer situação de aprendizagem (especialmente nas escolas secundárias).

Diploma não é sinónimo de qualificação

Em suma, e para concluir, gostaríamos de patentear a nossa objecção a uma tese anteriormente abordada e cara aos estruturo-funcionalistas: que, numa sociedade industrial avançada, «a escola torna-se uma importante agência para a distribuição de oportunidades de emprego numa situação em que o elo entre ocupação e educação é cada vez mais forte». As ilações desta tese podem ser resumidas sob o título do que actualmente é chamada a «teoria técnico-funcional», isto é: 1) a educação proporciona aptidões específicas e/ou capacidades gerais necessárias para o emprego; 2) as exigências educativas tendem a aumentar à medida que a evolução tecnológica cria necessidades de trabalhadores mais diferenciados; e 3) desta forma, os diplomas académicos provam que um dado indivíduo possui as aptidões e o conhecimento necessários para a produção económica. Estas ilações têm, de facto, sido questionadas por bastantes sociólogos da educação (tanto nos países anglo-saxónicos como em França) nos últimos dez ou quinze anos. Em síntese, o argumento contraposto é que as «exigências educativas para acesso a empregos não têm que necessariamente ter uma *relação directa* com o que é tecnicamente preciso para desempenhar o trabalho em questão: pelo contrário, a função destas exigências educativas seria a de *criar uma hierarquia nas saídas profissionais*». Desta forma, o que as escolas proporcionam, acima de tudo, são diplomas, e não qualificações, e, como é óbvio, estes dois termos não são sinónimos. Assim, o papel das escolas na sociedade industrial avançada pode ser muito menos económico do que os estruturo-funcionalistas (e muitos técnicos com responsabilidades educativas no nosso país) supõem. Pelo contrário, o seu papel como instituição de preparação dos cidadãos para a democracia pode, e deve, ser muito mais importante. Finalmente, vale a pena lembrar que, à medida que os indivíduos da sociedade moderna alcançam níveis de escolaridade mais elevados, o valor

dessa educação é desvalorizado pelo aumento de exigências de emprego (mais uma vez baseadas em diplomas, e não em qualificações). Por consequência, as pessoas têm de adquirir um grau mais elevado de escolaridade, para conseguirem os mesmos níveis de recompensa social. Ou, por outras palavras, os diplomas académicos sofrem também de inflação!

